

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|--------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 23 | n. 2 | p. 321-624 | Jul/Dez 2013 |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|--------------|

A atualidade de Lenin em tempos de crise do sistema do capital

Roberto Anderson Dornelles

RESUMO

No presente ensaio abordamos a teoria lenineana da organização, buscando evidenciar a sua atualidade diante da atual conjuntura da ordem do capital. Para isso, destacamos as modificações impostas pela burguesia com o objetivo de potencializar a acumulação do capital. Buscou-se evidenciar, no entanto, que mesmo com essas transformações, o sistema do capital não deixou de atravessar períodos de crises cíclicas. Com isso, abordamos a proposta lenineana para a organização do partido revolucionário, destacando o conceito e os principais elementos que compõem a teorização do revolucionário e levantamos elementos que indicam a necessidade de um estudo rigoroso do pensamento de Lenin tendo em vista a atualidade de seu pensamento enquanto proposta que pode contribuir para a organização da classe trabalhadora no enfrentamento à ordem do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Lenin.
Partido de vanguarda.
Proletariado.
Crise capitalista.
Ofensiva comunista.

Recebido em 28/11/13.

Aprovado em 22/07/14.

Lenin's topicality in times of crisis of the capital order

In this article we discuss the theory lenineana organization seeking to prove its relevance given the current situation of the capitalist order. To do so, highlight the changes imposed by the bourgeoisie in order to enhance the accumulation of capital. For that, highlight the changes imposed by the bourgeoisie in order to enhance the accumulation of capital. We sought to demonstrate, however, that even with these changes, the system of capital not leave crossing periods of cyclical crises. With this we address the lenineana proposal for the organization of the revolutionary party, highlighting the concept and the key elements that make up the theory of the revolutionary and raised elements that indicate the relevance of his thought as a proposal that can contribute to the organization of the working class in confronting the capitalist order.

KEYWORDS Lenin. Vanguard party. Proletariat. Capitalist crisis. Socialist offensive.

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|--------------|--------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 23 | n. 2 | p. 583 - 607 | Jul/Dez 2013 |
|------------------------|----------------|-------|------|--------------|--------------|

Introdução

Neste ensaio abordamos a teoria lenineana da organização, tendo no Partido a ferramenta política imprescindível para organização do proletariado numa proposta de enfrentamento à burguesia e ao modo de produção capitalista. Aventamos a hipótese de que, por suas características, o partido de vanguarda pensado por Lenin tem se mostrado extremamente atual diante das crises frequentes que enfrenta o sistema capitalista. Acreditamos que o partido revolucionário lenineano pode possibilitar que as massas – que já demonstram altos níveis de insatisfação, reagindo de forma espontânea, mas ainda dispersa contra o sistema capitalista – possam ser dotadas de uma capacidade de organização para proporem uma autêntica *ofensiva comunista* que faça frente aos ditames da burguesia e do modo de produção capitalista que a sustenta.

Se pensarmos de forma breve, podemos dizer que os esforços teóricos de Marx e Engels foram dedicados ao entendimento do modo de produção capitalista com o intuito de instrumentalizar a classe trabalhadora para o enfrentamento à burguesia e ao capital. A principal tarefa do proletariado – sua “missão histórica” – é, portanto, na visão dos dois revolucionários alemães, realizar o processo de revolução política e social, tomando com isso, o poder da classe burguesa – que se mascara em um universalismo falacioso – e construir uma sociedade comunista. Na clássica formulação do *Manifesto Comunista*, ao promover o desenvolvimento da grande indústria e, por consequência, do proletariado fabril, a burguesia produz, sobretudo, os seus próprios coveiros.

No entanto, o enfraquecimento das forças da classe trabalhadora com a capitulação da social-democracia e com a derrocada do “socialismo real”¹

1 Para uma análise pertinente sobre a derrocada do “socialismo real” no leste da Europa, ver, por exemplo: NETTO, José Paulo. A “crise do socialismo” e a alternativa comunista. In: NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

possibilitou que, atualmente, a crise do sistema capitalista seja enfrentada com projetos que visam à retirada de direitos e uma exploração cada vez mais acentuada sobre as classes trabalhadoras. Em outras palavras, a receita para resolução da crise e promoção de um novo ciclo de expansão do capital tem sido proporcionar aos capitalistas a acumulação tanto pela via da retirada dos direitos sociais e trabalhistas, como da extração de trabalho excedente em níveis constantemente mais elevados.

A resultante deste cenário é uma forte precarização das condições de trabalho e dos níveis de vida da classe trabalhadora, com o contributo fundamental do processo de reestruturação produtiva que revelou mais uma vez a característica revolucionária da burguesia, analisada por Marx e Engels também no *Manifesto Comunista*, quando destacaram que: “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 1998, p.43). É preciso lembrar, no entanto, que esse caráter “revolucionário” assume, no estágio atual do desenvolvimento capitalista, tendências fortemente regressivas, como, por exemplo, um brutal aumento da exploração da força de trabalho, em que o processo de reestruturação produtiva tem a função, de acordo com Braga (1997), de possibilitar uma “restauração do capital” tanto em nível econômico, garantindo a acumulação capitalista, como em nível político, possibilitando a manutenção da ordem burguesa diante da possibilidade do avanço da luta de classes.

No nosso entendimento, a modificação desse cenário no mundo do trabalho em particular e de forma ampla no modo de organização social, depende substancialmente de uma práxis que busque enfrentar e romper radicalmente com a forma de organização social regida pelo modo de produção capitalista. Na busca desta práxis, propomos neste ensaio abordar a atualidade da teoria lenineana da organização, pois acreditamos que historicamente esta teoria demonstrou que pode contribuir significativamente para a construção de uma estratégia de enfrentamento e ruptura radical com o modo de produção capitalista, possibilitando, assim, a construção de um projeto emancipador da classe trabalhadora. Para isso, subdividimos este trabalho em três partes: na primeira tratamos da atual conjuntura do capital; na segunda, descrevemos a concepção lenineana de partido revolucionário de vanguarda; na terceira parte, destacamos a importância e atualidade desta concepção para fazer frente a ordem do capital; por fim, tecemos breves notas conclusivas.

A atual conjuntura da ordem do capital

Esta seção está subdividida em duas partes. Na primeira abordamos as modificações impostas pela burguesia com o objetivo de potencializar a acumulação do capital. Na segunda parte dedicamos atenção ao tema das crises no modo de produção capitalista, enfatizando a atual crise que a partir de setembro de 2008 tem imposto severas perturbações à “harmonia econômica dos mercados”.

a) O processo de reestruturação produtiva e o advento do chamado “neoliberalismo”

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista viveu um período chamado de “Era dourada do capitalismo”. Nesse período, as economias “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” obtiveram altas taxas de crescimento proporcionadas substancialmente por dois aspectos: a reconstrução da Europa e do leste Asiático, principalmente do Japão, e por uma configuração socioeconômica fundamentada sob o Estado keynesiano. Alguns aspectos cruciais dessa fase, que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar social foram: intervenções por parte do Estado na atividade de mercado; o tom agressivo de políticas fiscais e monetárias para minimizar a inflação e a recessão; e, um regime de salários relativamente alto para estimular e manter a demanda.

O período dourado do capitalismo, centrado no Estado de bem-estar social terminou com uma crise de “estagflação”, ou seja, um baixo crescimento unido a uma alta inflação, que foi resultado do rápido crescimento de países como Brasil, Coreia do Sul, mas fundamentalmente Japão e Alemanha. Conforme Arrighi (2008), novos produtores de baixo custo, situados em países como Coreia do Sul, Japão e Alemanha, começaram a invadir mercados até então dominados por produtores das regiões líderes, principalmente Estados Unidos e Reino Unido. Esse aumento da capacidade produtiva de países “periféricos”, que resultou num aumento drástico da competição global, ao lado da derrota estadunidense na guerra do Vietnã e da crise mundial do petróleo, formaram os componentes vitais que culminaram na crise de “estagflação”.

Os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido, para inverter esse quadro desfavorável à economia

de seus países, propuseram uma “revolução monetarista” (Arrighi, 2008). Essa “revolução” consistiu na tentativa de inversão do quadro de forte desvalorização do dólar estadunidense e em uma reestruturação neoliberal que tinha por objetivo remover as restrições estatais ao crescimento, ao uso e aos fluxos de capital e de riqueza. Em outras palavras, começou naquele período o desajuste e a chamada “financeirização” do mercado capitalista mundial, na crença infundada de que “a mão invisível do mercado” poderia dar conta da regulação do sistema capitalista.

É nesse cenário que dois movimentos de extrema importância emergem com grande força dentro da ordem capitalista. No âmbito da infraestrutura, com o alto desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, ocorre a passagem do padrão de produção fordista para aquele que ficaria conhecido como padrão japonês (toyotismo) ou modo de acumulação flexível; no âmbito da superestrutura política, torna-se gradativamente hegemônico o pensamento neoliberal.

A acumulação flexível, proposta pela reestruturação produtiva, de acordo com Harvey (2005), se caracteriza pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Esse autor destaca que o novo padrão possibilita “o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2005, p.140).

Simultâneo a mudança no padrão de produção e, por consequência de acumulação capitalista, do fordismo/taylorismo para a toyotismo/acumulação flexível, surge uma drástica modificação na esfera sociopolítica com o advento do chamado movimento neoliberal. Esse pensamento econômico tentou disputar com o keynesianismo a hegemonia dos processos de condução da economia e da forma de organização social ao longo de toda a “Era dourada do capitalismo”, entretanto, sua definitiva afirmação, em contraposição às teses keynesianas e do Estado de bem-estar social, ocorreu somente a partir da década de 1970. As diferenças fundamentais entre os keynesianos e os neoliberais, não se davam apenas numa perspectiva técnico-econômica, nem em uma busca para sanar os problemas pelos quais passava a economia capitalista. De acordo com Hobsbawm (1995), as diferenças se materializavam em uma guerra de ideologias incompatíveis.

Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e Estado de Bem-Estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, que a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações”, e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam (HOBSBAWM, 1995, p.399).

O pensamento neoliberal contém em seu cerne uma forte aversão ao movimento operário e sindical e a qualquer forma de organização popular das classes trabalhadoras. Segundo Anderson (1995), o economista austríaco Friedrich Hayek – principal figura do neoliberalismo – defendia que as raízes da crise estavam diretamente relacionadas com o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário. Nesse ponto, a falácia da não intervenção do Estado se torna evidente. Ainda conforme Anderson, os neoliberais defendiam um Estado forte sim, mas forte apenas em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos ao mesmo tempo em que promovia estrutura e serviços que o mercado não podia promover. Por outro lado, o Estado mínimo ficaria reservado aos gastos sociais e às intervenções econômicas.

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p.11).

Outra característica fundamental do pensamento neoliberal é uma aposta no individualismo radical. Milton Friedman – outro dos mais destacados ideólogos do neoliberalismo – descreve a forma como se constitui essa crença:

A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à

obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo (FRIEDMAN, 1984, p.177).

Netto (1993), na mesma linha crítica dos autores já citados, destaca que o neoliberalismo traça uma argumentação que resgata o mercado como a instância social mediadora elementar e insuperável, propondo ao mesmo tempo o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.

O mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável embasa o que veio a ser conhecido como a “tese da indivisibilidade da liberdade” (Friedman, avançando sobre a reflexão de Hayek): é a liberdade econômica, só possível sobre o *mercado livre* (isto é, sem mecanismos extra-econômicos de regulação), que funda a liberdade civil e política. Sem mercado livre, pois, *nenhuma* forma de liberdade. A defesa do mercado livre, portanto, não se reduz à defesa de uma proposição estritamente econômica, mesmo que apareça inicialmente como tal. [...] Em princípio, pois, a defesa do mercado livre remete para a sua eficiência em termo de inovação e crescimento econômicos. Mas sua funcionalidade abre-se à fundação de um projeto societário global, investindo sobre a estrutura social e a ordem político-institucional na justa medida em que está sempre presente a “indivisibilidade da liberdade” (NETTO, 1993, p.78-79, grifos no original).

Este autor destaca ainda que a ofensiva neoliberal teve como objetivo final o combate a qualquer proposta de superação comunista da ordem do capital. No entanto, o centro do seu ataque constituiu o Estado de bem-estar social. De acordo com Netto, esse ataque se deu em três planos: no plano teórico, o keynesianismo foi o alvo principal do neoliberalismo, constituindo o que o autor chamou de “cruzada anti-keynes”, culminando em uma “*contra-revolução monetarista*”; no plano social e político-institucional, a ofensiva se deu contra o conjunto de *direitos sociais* e também contra as funções reguladoras do Estado; por fim, no plano ídeo-cultural mais amplo, a ofensiva neoliberal se colocou frontalmente contrária a uma cultura democrática e igualitária. Netto (1993) descreve finalmente o movimento neoliberal como um projeto centrado na inteira *despolitização* das relações sociais, sendo absolutamente rechaçada qualquer regulação política do mercado, seja via Estado ou via quaisquer outras instituições.

Segundo Harvey (2005) o movimento neoliberal, em completa sintonia com a base econômica, provocou, de forma imediata, uma forte reestruturação no mercado de trabalho. Na linha do ideário neoliberal, os patrões – de posse dos meios de produção – aproveitaram o enfraquecimento dos sindicatos e o aumento do exército industrial de reserva para impor regimes e contratos de trabalho extremamente flexíveis e danosos aos trabalhadores. Além da intensificação e da desregulamentação do trabalho, o advento das novas tecnologias provocou um alto grau de desemprego.

b) As crises no modo de produção capitalista e a crise atual do capital²

A reconfiguração realizada pelo capitalismo e sua classe dirigente, a burguesia, por meio da reestruturação produtiva e do neoliberalismo não afastou, no entanto, o sistema das constantes crises que são, de acordo com Marx, uma das características fundamentais deste modo de produção. Marx não tratou de forma direta o tema das crises, mas, de acordo com Rosdolsky (2001), este tema estava previsto no plano estrutural inicial dos estudos de Marx para o livro VI, que trataria do “Mercado Mundial e das Crises”, livro que foi deixado de lado na medida em que Marx avançou e reformulou seus estudos. Com isso, o tema das crises ficou diluído ao longo dos três livros de *O Capital*, sendo abordado de forma mais ou menos explícita³.

2 Temos conhecimento das teorias que tratam as crises que o capital vem enfrentando nas últimas quatro décadas como partes de uma crise estrutural, sistêmica ou mesmo uma crise crônica. Dentre os postuladores destas teorias, o filósofo marxista István Mészáros tornou-se o mais destacado após a publicação de seu *Para Além do Capital*, quando defende que a partir de meados dos anos 1970 o capital passou a enfrentar não mais crises cíclicas, mais uma densa e cada vez mais destrutiva *crise estrutural*. Estas teses são extremamente pertinentes para o debate sobre as crises, no entanto, acreditamos que o estudo das crises carece de uma maior aprofundamento para definir o seu caráter na atual forma de organização do capital. Com isso, trabalharemos neste ensaio com o conceito marxiano de *crises cíclicas e periódicas*, pois acreditamos que este conceito é aquele que ainda dá conta com mais precisão da forma de organização do capital.

3 De acordo com Rosdolsky (2001, p.27), no plano de 1857, o conjunto da obra de Marx estava dividido em “seis livros”. O primeiro deveria tratar do *capital*; o segundo, da *propriedade da terra*; o terceiro, sobre o *trabalho assalariado*; o quarto, sobre o *Estado*; o quinto, sobre o *comércio exterior*; o sexto, sobre o *mercado mundial e as crises*.

É possível, no entanto, dizer que o tema das crises em Marx está diretamente ligado à forma de reprodução do capital que se dá por meio dos ciclos econômicos, daí a caracterização da ocorrência de *crises cíclicas e periódicas no modo de produção e reprodução do capital*. Na formulação de Marx, o ciclo econômico do capital atravessa fases sucessivas de depressão, reanimação e auge que desencadeia logo em seguida uma nova depressão (crise), a partir da qual se origina um novo ciclo.

Com o intuito de não tornar demasiado longa esta discussão diante dos objetivos deste ensaio, trataremos das crises a partir da síntese realizada por Jacob Gorender na “Apresentação” de *O Capital*. Gorender (1996) inicia enfatizando que as crises cíclicas do capital se caracterizam por serem crises de superprodução, mas não é uma crise desencadeada pela falta de demanda, portanto, pela falta ou queda no consumo. Com efeito, a crise não pode ser caracterizada pelo subconsumo, mas, ao contrário, corresponde à elevação acentuada das condições de reprodução do capital. Nesse sentido, é característico das crises serem antecipadas por momentos de euforia, em que o capital consegue auferir altas taxas de lucro, atingindo uma superacumulação, a oferta de empregos se amplia e até mesmo os salários atingem altos níveis. A consequência desse momento de auge é uma drástica queda como descreve Gorender:

O que sucede é que a elevação conjuntural dos salários – nas condições de exaustão do exército industrial de reserva – importa em decréscimo da taxa de mais-valia e, por conseguinte, da taxa de lucro, o que, por sua vez, desacelera e acaba freando o processo de acumulação do capital. Mas esta mesma elevação conjuntural dos salários resulta da prévia superacumulação de capital em que o auge do ciclo culmina e conduz à mobilização completa ou quase completa do efetivo operário disponível. A superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiência catastrófica de demanda e crise aguda de realização, sobretudo de bens de produção. Tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas consequência da superprodução, entendida, antes de tudo, como superprodução de capital. A expansão da produção além das barreiras erguidas pelo próprio capital incide na esfera do crédito e termina por suscitar drástica retração das disponibilidades líquidas, o que, por sua vez, agrava a retração dos investimentos (GORENDER, 1996, p.57).

As crises cíclicas, de acordo com este autor, têm como principal função, recuperar, ainda que de forma passageira, o equilíbrio do sistema capitalista, justamente no momento em que a tendência do sistema ao desequilíbrio atingiu um grau extremamente elevado. Esta retomada do equilíbrio momentâneo, no entanto, é somente atingido com uma grande devastação das forças produtivas, que, de acordo com Gorender, se manifesta na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na falência de muitas delas, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui, em proporções maiores, o exército industrial de reserva.

Esta consequência da retomada do equilíbrio por meio das crises cíclicas, analisada por Gorender, é assim descrita por Marx nos *Grundrisse*:

Em uma crise – em uma depreciação geral dos preços – até certo ponto se produz, ao mesmo tempo, uma *desvalorização ou destruição* geral de capital. [...] Nas crises gerais esta desvalorização afeta inclusive a capacidade de trabalho vivo. Conforme indicado acima, a destruição de valor e capital que se opera em uma crise coincide com – ou equivale a – *um crescimento geral das forças produtivas*, o qual não acontece por obra de um aumento real da força de trabalho, mas pela diminuição do valor efetivo das matérias primas, máquinas e capacidade de trabalho. (MARX, 1971, p.406, grifos no original)⁴.

De acordo com Marx, outro aspecto das crises se caracteriza por uma diminuição real da produção, do trabalho vivo, com o objetivo de restaurar a relação correta entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, sobre a qual, em última instância, se fundamentam as relações sociais do modo de produção capitalista. O resultado da desvalorização (queima) de capital, da retomada da relação correta entre trabalho necessário e o mais-trabalho – que resulta na reconstituição do exército industrial de reserva e da taxa de extração do trabalho excedente e da conseqüente renovação do capital fixo é uma nova elevação da taxa de lucro, constituindo-se como fatores decisivos que impelem a economia capitalista a ultrapassar a depressão subsequente à crise e atravessar, mais uma vez, as fases de reanimação e auge do ciclo econômico.

4 A tradução da citação de Marx é nossa.

É notório que, mesmo com as medidas de reestruturação da produção e a suposta implementação da harmonia dos mercados regidos pela “mão invisível” propagandeada pela ideologia neoliberal, o sistema capitalista viveu, a partir dos anos 1970, uma série de crises desse gênero. Nesse período tivemos: a *crise do petróleo* que teve seu auge em 1973; a *crise da bolha imobiliária* no Japão entre 1986 e 1991; a *crise mexicana* em 1994; a *crise monetária do sudeste asiático* em 1997; a *crise russa* em 1998; a *crise da desvalorização do Real no Brasil* em 1999; a *bolha da internet* ou crise “*ponto com*” em 2000-2001; a *crise econômica argentina* entre 1999 e 2001; e, finalmente a crise do *subprime* que desde 2008 tem perturbado o sistema capitalista. Ao citar todas essas crises, queremos afirmar que o capitalismo segue os seus ciclos econômicos, apesar da tentativa harmonizadora da proposta neoliberal. Mas, também queremos enfatizar que se, embora Marx tenha tratado dos ciclos em escala decenal, restando, com isso, que a eclosão das crises se dariam em média a cada dez anos, podemos perceber que nos últimos 40 anos e, sobretudo, a partir da metade final da década de 1980, as crises tem se tornado mais frequentes.

Na maior parte dessas crises, a abrangência tem sido local, devastando, em geral, economias periféricas. No entanto, diferente das crises precedentes, a mais recente crise desencadeada em setembro de 2008 teve sua abrangência estendida para vários locais do planeta, sobretudo porque eclodiu na maior economia do mundo, os Estados Unidos. De acordo com Sampaio Jr. (2009), a virulência desta crise manifestou-se em todas as dimensões da vida econômica:

Além da pulverização de grandes massas de capital fictício, bancário, comercial e produtivo, o primeiro movimento da crise levou a uma brutal contração da atividade econômica e do comércio internacional, provocando uma meteórica expansão do desemprego. As estatísticas do primeiro movimento da crise são impressionantes e refutam categoricamente as visões apoloéticas que negam a gravidade da situação em que se encontra a economia mundial (SAMPAIO JR., 2009, p.9).

Este autor destaca que a velocidade, a profundidade e a abrangência da crise apresentaram um grau igual ou ainda mais intenso do que o ocorrido na grande crise de 1929. Conforme Sampaio Jr., esta crise tem características de ser uma crise de longa duração aos moldes das crises capitalistas ocorridas em 1873 que se prolongou até 1896 e da famosa crise de 1929

que se estendeu até o início da década de 1940 e teve sua solução definitiva apenas após a Segunda Guerra Mundial em 1945.

A “fórmula” encontrada pelos governos e pelas agências multilaterais para resolverem a crise é mais uma vez, como destacamos acima, um forte ataque contra os direitos dos trabalhadores e uma forte redução de postos de trabalho, resultando em graves aumentos dos índices de desemprego e altas taxas de extração de trabalho excedente daqueles trabalhadores que se mantêm empregados, principalmente no centro do capitalismo europeu. Também o fundo público tem sido utilizado para sanar as contas do capital como destaca Coggiola:

A crise do capital tem avançado sobre o fundo público e os direitos sociais para reestruturar-se e, assim, dar novo fôlego ao processo de acumulação, sob formas de barbárie: violência de Estado, crescimento e criminalização da pobreza, superexploração do trabalho, trabalho infante-juvenil; desenvolvimento das forças produtivas – ciência e tecnologia – a serviço de uma minoria e destruição das forças produtivas – natureza, força de trabalho e formação – em detrimento da vida da maioria (COGGIOLA, 2011, p.2).

Diante desta conjuntura da ordem capitalista – sumariamente esboçada acima – que indica um rumo para a humanidade não menos razoável que a barbárie e, diante da frequente capitulação de forças de esquerda, partidos e sindicatos como os exemplos europeus, mas também brasileiros⁵, consideramos que pensar uma proposta para organização da classe trabalhadora se torna um ponto fundamental para enfrentar os ataques do capital em busca de romper as barreiras da acumulação. Mais do que isso: para propor soluções que não sejam apenas formais ou conjunturais, mas essenciais e estruturais no sentido de superação do modo de produção capitalista, defendemos a necessidade, por parte dos trabalhadores e dos lutadores sociais anticapitalistas, de realizar uma profunda e séria retomada da teoria lenineana da organização. Se levarmos em consideração que a crises econômicas do sistema capitalista abrem possibilidades de uma nova intervenção e ofensiva da classe trabalhadora sobre o capital, acreditamos que o partido revolucionário de vanguarda do proletariado,

5 Embora não pretendemos neste ensaio entrar no debate da conjuntura política brasileira, nos parece evidente que a capitulação do PT, das centrais sindicais e dos movimentos sociais que o apoiam, frente ao capital exerce uma influência extremamente nociva para a organização e luta da classe trabalhadora.

pensado por Lenin, demonstra toda a sua atualidade como aglutinador da classe e mediador na luta contra o capital.

Lenin e a questão da organização⁶

A concepção lenineana de partido revolucionário de vanguarda, de uma organização que esteja preparada e que volte suas forças para romper com o capitalismo e com o sistema do capital, foi forjada, é sabido, no calor das disputas contra o espontaneísmo e contra aqueles que localizavam nas lutas imediatas e puramente econômicas a melhor estratégia a ser adotada pela classe trabalhadora. No artigo *Por onde começar?*⁷, publicado em 1901, Lenin trata inicialmente da necessidade de um jornal que poderia ser uma espécie de mediador entre uma vanguarda de revolucionários, as organizações particulares de operários, camponeses, e a massa de trabalhadores. Com isso, Lenin se refere ao jornal da seguinte forma:

O jornal não é só um propagandista coletivo e um agitador coletivo, mas também um *organizador coletivo*. Neste último sentido se pode comparar com os andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção, que assinalam seus contornos, facilitam as relações entre os distintos construtores, ele ajuda a distribuir a tarefa e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado (LENIN, 1973, p.197, grifos nossos)⁸.

Portanto, para além da função de propagandista e agitador, esse órgão jornalístico necessita agir como um *organizador coletivo*. Isso se justifica pelo fato de que Lenin acredita que os operários envolvidos pela luta econômica estão limitados a atingir apenas uma “consciência sindical”. O limite da consciência operária se daria na luta imediata contra patrões e governos pela possibilidade de ganhos econômicos imediatos. A síntese deste raciocínio é que os operários não podem, por meio do elemento espontâneo das lutas e reivindicações econômicas de curto prazo, atingir uma consciência

6 Nos limites deste ensaio, não temos a possibilidade de fazermos uma abordagem exaustiva do pensamento lenineano sobre a organização. Dessa forma, buscamos descrever alguns pontos iniciais e centrais do pensamento de Lenin, como proposta para o debate, que consideramos atual e de extrema relevância.

7 Este artigo que traça as linhas gerais da teoria que mais tarde seria desenvolvida em *Que fazer?*.

8 As traduções dos textos de Lenin são nossas.

de classe revolucionária. Daí se depreende no pensamento de Lenin, reformulando uma tese originariamente proposta por Kautsky, que a consciência de classe revolucionária somente pode ser levada aos operários *de fora*. No nosso entendimento, este *de fora* significa para Lenin que a classe trabalhadora adquire a consciência política de classe quando ultrapassa o limite da luta econômica imediata, e nesse processo teria a imprescindível contribuição do partido:

A consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, *do exterior da luta econômica*, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se poderá extrair esses conhecimentos é o das relações de *todas* as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de *todas* as classes entre si (LENIN, 1988, p.62, grifos no original).

Com isso se coloca o problema de como levar essa consciência a todas as classes da população. Em *Que Fazer?* Lenin então retoma a ideia, já exposta em *Por onde começar?* dizendo que se deve ir a todas as classes como teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores. São nessas atividades que a vanguarda pode ser reconhecida pelas demais classes.

Nós devemos assumir a organização de uma ampla luta política sob a direção de *nosso* partido, a fim de que todas as camadas da oposição, quaisquer que sejam, possam prestar e prestem efetivamente a essa luta, assim como a *nosso* partido, a ajuda de que são capazes. Dos práticos sociais-democratas, nós devemos formar os dirigentes políticos que saibam dirigir todas as manifestações dessa luta nos mais variados aspectos, que saibam, no momento necessário “ditar um programa de ação positiva” aos estudantes em agitação, ao *zemtsi* descontentes, aos membros de seitas indignados, aos professores lesados, etc. (LENIN, 1988, p.62, grifos no original).

Portanto, para Lenin o partido tem a condição de conduzir a luta política para além da espontaneidade e dos interesses econômicos imediatos. Desse modo, Lenin propõe uma distinção entre a “organização dos operários” e a “organização dos revolucionários”. A primeira deve ser ampla, não clandestina e ligada a determinadas profissões. A segunda deve se constituir fundamentalmente de revolucionários profissionais. Neste momento é que se constitui uma diferenciação entre organizações amplas e legais e a organização de revolucionários profissionais que atuam na clandestinidade.

De acordo com Mandel (1984), o conceito lenineano de partido não é o único possível, no entanto, este autor defende de forma enfática que, a forma partido traçado por Lenin é a única que atribui ao partido de vanguarda o papel histórico de dirigir a revolução que se considera, a curto ou longo prazo, como inevitável. O partido de Lenin estava evidentemente voltado para a proposta da revolução. As circunstâncias que levam Lenin a propor essa forma partido estão, como salientamos acima, diretamente ligadas com as ideias de que a consciência da classe proletária, em outras palavras, a consciência política de classe – oposta a mera consciência “sindical” ou “profissional” – não se desenrola nem espontânea nem automaticamente conforme os desenvolvimentos objetivos da luta de classe proletária. De acordo com Mandel:

A teoria leninista da organização [...], expressa abertamente aquilo que Marx esboçara apenas e que seus epígonos compreendiam muito pouco, isto é, que não pode haver nem derrube “automático” da ordem capitalista nem substituição “espontânea” desta ordem social por uma sociedade socialista (MANDEL, 1894, p.51).

O partido, como órgão deliberadamente direcionado para a proposta da revolução necessitava, portanto, de uma centralização e de uma organização que seguisse rígidos padrões de disciplina. Esta ideia de Lenin exposta em *Que fazer?* ficou evidenciada em *Um passo a frente, dois passos atrás* em que o debate sobre o primeiro parágrafo dos estatutos provocou uma grave cisão no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) durante o seu II Congresso. Nesta discussão Lenin defendia que o partido de vanguarda da classe operária não poderia ser confundido com toda a classe:

Exprimo assim, de maneira absolutamente clara e precisa, o meu desejo, a minha exigência de que o proletariado, como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais *organizado* possível, que o partido só aceite em suas fileiras aqueles elementos que *admitam, pelo menos o mínimo de organização* (LENIN, 1982, p.254, grifos no original).

Contrária a essa ideia estava outra ala do partido – liderada por Mártoov e Axelrold, futuros líderes mencheviques – que defendia que o partido deveria estar aberto a todos aqueles que se considerassem membros do partido, provocando, assim, uma confusão entre partido e classe. Bensaïd (1998)⁹ avalia que:

9 Publicado originalmente nos Cadernos Em Tempo nº 298, novembro 1997.

O que está em jogo nesta pequena diferença, à primeira vista insignificante, é a delimitação do partido frente à classe. É precisamente *a forma partido* que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes (BENSAÏD, 1998, s/p. grifos nossos).

Conforme Mandel (1984), a teoria lenineana da organização busca chegar a uma dialética interna da formação da consciência política de classe. Nesse sentido, Lenin estabelece a diferenciação entre o que podemos chamar de “estágios de consciência”¹⁰, definidos nas seguintes categorias: a categoria da *classe trabalhadora em si* (a massa de trabalhadores); a categoria de *trabalhadores avançados*, que corresponde aquela parte da classe trabalhadora que se encontra envolta já em um grau mais alto que as lutas esporádicas e que já alcançou um primeiro nível de organização, ou seja, que constitui a vanguarda proletária no sentido amplo da palavra; e a categoria de *partido revolucionário*, formada por trabalhadores e intelectuais que realizam uma atividade revolucionária, e que estão educados, ao menos parcialmente, no marxismo.

De acordo com Benoit (1998), a proposta lenineana de diferenciar claramente os níveis organizativos era fundamental, pois neste ponto se poderia estabelecer a dialética entre eles.

Formas organizativas vagas, sem determinação precisa, sem fronteiras rigorosas, dissolviam o rigor do trabalho revolucionário e impediam, sobretudo, que ele se realizasse enquanto um desenvolvimento dialético crescente. Para Lenin, os níveis organizativos representam níveis de consciência historicamente postos que devem ser desenvolvidos pela práxis revolucionária. O *nível clandestino* representa a instância composta de operários, intelectuais e revolucionários profissionais que detêm conscientemente a teoria marxista e que na práxis da luta de classes romperam efetivamente com a legalidade burguesa; o *nível semi-legal* representa os trabalhadores e jovens cuja consciência socialista já existe, mas está enraizada so-

10 Ainda que não nos mesmos termos tratados por Lenin e referidos por Mandel, ver uma instigante contribuição para entendimento sobre os processos de consciência em: Iasi, Mauro Luis. Reflexão sobre o processo de consciência. In: Iasi, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Do mesmo autor: Iasi, Mauro Luis. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002. E ainda: Iasi, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

mente na experiência de algumas lutas travadas, sem grande continuidade, não permanece firme em períodos de refluxo; finalmente, o *nível legal* é constituído por trabalhadores e jovens que apenas começam a entrar em movimento através de um primeiro momento contraditório com as leis e ilusões do mundo capitalista das mercadorias (BENOIT, 1998, p.55, grifos nossos).

Para Lenin, o partido, cabe novamente ressaltar, mediante a vanguarda avançada, se configura como a forma de organização que promove a luta de classes de um ponto de vista universal, não se limitando as particularidades econômicas de cada ramo profissional, como as organizações sindicais ou associativas.

O partido é, portanto, o elemento de continuidade nas flutuações da consciência coletiva. [...] O partido não se limita a esclarecer um processo orgânico e natural de emancipação social. Ele é constituinte das correlações de forças, gerador de iniciativas, organizador da política, não no futuro simples, mas no condicional. Ele é, dizendo de outra maneira, um organizador dos diversos tempos, *a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da tática política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios* (BENSAÏD, 1998, s/p. grifos nossos).

No entanto, a vanguarda não está no pensamento de Lenin deslocado das massas de trabalhadores. Braz (2010) resalta que para Lenin, o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. O partido, então, deve estar organicamente inserido na classe, ele deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim conseguirá realizar a tarefa de dirigir a organização política, ou seja, só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política. A noção de partido de vanguarda está colada àquelas funções de uma organização revolucionária, focadas, sobretudo, na educação das massas para a atividade revolucionária através de permanentes denúncias políticas em todos os aspectos da vida da classe trabalhadora e promoção de agitações políticas no seio da classe.

Mandel ressalta, também, o fato de que para Lenin o partido deve estar organicamente ligado à classe e às suas demandas. Nesse sentido, haveria para Lenin a necessidade absoluta de o partido revolucionário fazer suas todas as demandas progressistas e os movimentos de todas as camadas sociais e classes oprimidas – ainda que as “puramente democráticas”.

O plano estratégico central que Lenine expõe em *Que fazer?* é o de uma agitação de Partido que integre e reagrupe as revoltas e movimentos de protesto ou resistência elementares, espontâneos, esparsos “puramente” locais ou setoriais. O acento da centralização é posto unicamente sobre o plano político, não sobre o plano organizacional. A centralização organizacional formal tem por objetivo apenas permitir a realização deste plano estratégico (MANDEL, 1984, p.68-69).

A tarefa do partido de vanguarda é, portanto, atuar sobre a realidade cotidiana dos operários, de modo a explicitar reiteradamente as contradições do modo de produção capitalista e denunciar a natureza intrinsecamente exploradora da ordem burguesa. Com isso, o partido pode preparar politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos contra a burguesia capitalista. Para isso, a centralização desta organização, tornava-se ponto fundamental, sem deixar, no entanto, de perceber a importância dos movimentos espontâneos realizados pelos trabalhadores durante os processos de lutas. Essa oposição não existe precisamente porque espontaneidade das massas e vanguarda centralizada se complementam. Essa complementaridade se manifesta no momento em que o partido pode encontrar elementos na espontaneidade e nas demandas cotidianas da classe que apontem para questões decisivas da luta de classes, indicando a possibilidade da emergência de um proletariado organizado e consciente, capaz de propor a revolução como única via de superação da ordem do capital, destruindo o poder político e econômico dos capitalistas burgueses.

Mandel também aponta a importância dos movimentos espontâneos da classe, mas demarca a relação entre espontaneidade e vanguarda e a importância desta última no processo revolucionário. De acordo Mandel:

A diferença entre a teoria lenineana da organização e a teoria da espontaneidade, como a chamam – que só pode ser atribuída, com reservas, a Rosa Luxemburgo – reside por consequência, não na apreciação da iniciativa das massas, mas na compreensão de seus

limites. A iniciativa das massas é capaz de realizar muitas coisas, mas é incapaz, quer de conceber o programa total de uma revolução socialista no próprio decurso da luta, quer de impulsionar a centralização das forças, a única que permite a derrubada de um poder de Estado e seu aparelho de repressão apoiando-se na exploração completa das vantagens de sua “linha interior”. *Por outras palavras: os limites da espontaneidade das massas aparecem precisamente no momento em que se torna claro que o sucesso de uma revolução socialista não se deixará improvisar* (MANDEL, 1984, p.74-75, grifos nossos).

Mandel destaca ainda que, para Lenin, mesmo depois de 1914, a função da vanguarda revolucionária consistia em desenvolver a consciência revolucionária na vanguarda da classe trabalhadora. A construção do partido revolucionário de classe é, portanto, o processo pelo qual o programa da revolução socialista é fundido com a experiência adquirida na luta da maioria dos *trabalhadores avançados* com o nítido propósito de romper com a lógica do capital.

O partido revolucionário como instrumento de enfrentamento ao capital

Esboçamos acima, de forma sumária, a teoria lenineana da organização. Cabe neste momento justificar este esforço e tentar esclarecer o porquê de um retorno a Lenin praticamente mais de um século após o revolucionário russo ter proposto aquela forma de organização. De início alguns poderiam perguntar a qual Lenin retornar? Ao Lenin centralizador, ao revolucionário, ao espontaneísta ou ao burocrata?¹¹ Contrários a toda e qualquer segmentação ou fragmentação do pensamento lenineano, a nossa proposta não é o resgate ou qualquer avivamento de uma parte da teoria de Lenin, mas sim do pensamento lenineano que tomado na sua totalidade orgânica e dialética pode fornecer elementos fundamentais para compreendermos o processo revolucionário real. Como assevera Florestan Fernandes na Apresentação de *Que Fazer?* Lenin “converte o marxismo em processo revolucionário real” (FERNANDES, 1988, p.XI). Ainda de acordo com Fernandes:

11 Ver: *Notas sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura*. Resposta polêmica de Vinícius Brant a interpretações equivocadas sobre o pensamento de Lenin. In: Estudos Cebrap 17.

Se avançarmos diretamente na linha profunda do pensamento de Lenin: ele propõe nada mais nada menos que a alternativa do anti-Estado, *a organização de um Estado dentro de outro Estado, ou seja, a organização da revolução*” (FERNANDES, 1988, p.XI, grifos nossos).

Portanto, Lenin, com o rigor da dialética marxiana, propõe a criação de uma dualidade de poder, por isso ele pensa na revolução antes da revolução, ou seja, busca na realidade material concreta elementos que indiquem e precipitem o processo revolucionário.

Mas a questão permanece: por que propor uma retomada da teoria lenineana e, sobretudo, da teoria da organização mais de um século depois? Não parece descabido diante dos intensos processos de reformulação e reconfiguração que o capitalismo passou ao longo do século XX, propor uma teoria cunhada no calor de disputas políticas na longínqua Rússia do início daquele século? E mais, não parece inconcebível propor o retorno desta forma de organização que, supostamente, provou sua insuficiência naquele mesmo século XX, com fortes referências na falência dos partidos comunistas europeus?

Ao defendermos a atualidade da teoria lenineana, portanto, não a tratamos de forma acrítica e desvinculada do seu contexto histórico – não fazemos com ela uma espécie de “receita” para a revolução. Não queremos cair aqui no devaneio dos socialistas utópicos aos quais Marx e Engels censuravam no *Manifesto Comunista* por substituírem a realidade por seus desejos e fantasias, por suplantarem a atividade social por sua própria imaginação pessoal, por deixarem de lado as condições históricas de emancipação em favor de condições fantásticas.

Por isso, devemos buscar na análise da realidade os elementos que nos levam a acreditar na necessidade atual de uma organização aos moldes daquela pensada por Lenin. Acreditamos que na primeira seção deste texto evidenciamos dois pontos que colocam a partido revolucionário no centro das lutas de classe. O primeiro deles envolve o processo de *reestruturação produtiva* da base de produção capitalista e no seu conjunto a emergência do *neoliberalismo*, o que constitui por si só um motivo suficiente para pensarmos uma estratégia revolucionária que tenha no partido o ponto de aglutinação e mediação da classe.

Associado a este primeiro ponto, temos o segundo que são as constantes *crises do modo de produção capitalista*. Esses dois pontos são inegavelmente

sinais de que o capital, vendo estrangulada a sua margem de valorização do valor, avança contra a classe trabalhadora no sentido de extrair o mais alto grau de trabalho excedente, seja por meio da modificação dos processos produtivos – no caso da reestruturação produtiva –, seja pela retirada de direitos assegurada por um Estado neoliberal reacionário.

No entanto, um terceiro elemento que decorre destes dois tem extrema importância na conjuntura atual. Vivemos um momento *contrarrevolucionário* que, munido de todo o aparato ideológico e repressivo do capital, deixa a classe trabalhadora apática e anestesiada diante da superexploração a que é submetida. Nesse sentido, os trabalhadores não encontram possibilidade de se colocarem como aquela classe verdadeiramente revolucionária preconizada pelos autores do *Manifesto Comunista*. A reestruturação produtiva, como fenômeno que ocorre no coração da produção de valor, tornou praticamente impossível, ou ao menos improvável, a organização no chão da fábrica, provocando inclusive um distanciamento entre os operários e um aumento da competitividade entre eles. Segue-se nesse cenário a precarização e aumento da jornada de trabalho e o aviltamento dos salários, prova disso é o caso da General Motors no Brasil que demite na planta de São José dos Campos, em São Paulo, e contrata com salário até três vezes menor na planta de Gravataí¹², no Rio Grande do Sul, baixando assim consideravelmente o valor da força de trabalho e aumentando, por consequência, a taxa da mais-valor. Portanto, às alternativas que restam aos trabalhadores são: ou se submeter a essa lógica ou se deparar com o desemprego.

Se na base da produção, a situação é extremamente tensa, o Estado munido da cartilha neoliberal, investe sistematicamente contra os direitos dos trabalhadores e propõe a acumulação do capital através da expropriação do que é público. No caso do Brasil a emergência das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)¹³, os megaeventos (como Copa do

12 Ver por exemplo: “Em um ano, GM demite 1.189 funcionários, afirma sindicato” (<http://invertia.terra.com.br/carros-motos/noticias/0,,OI6034419-EI19500,-00-Em+um+ano+GM+demite+funcionarios+afirma+sindicato.html>); “Crise da GM em São José dos Campos (SP) mostra um outro Brasil” (<http://www.cartacapital.com.br/economia/crise-da-gm-em-sao-jose-dos-campos-sp-mostra-um-outro-brasil/>).

13 Sobre o PAC ver: LEHER, Roberto. Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a questão Ambiental: desafios epistêmicos. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) [et al.].

Mundo de Futebol e Olimpíadas) e a famigerada dívida pública¹⁴, que consome a maior parte do orçamento da União, enquanto que o investimento em educação, por exemplo, não supera a casa dos 5%, são um paraíso para acumulação do capital.

É nesse contexto que defendemos o partido revolucionário de vanguarda de matriz lenineano como o único capaz de reverter esse período contrarrevolucionário¹⁴. O partido revolucionário, estando ao lado e nas lutas pelo e com o proletariado, pode instrumentalizar os trabalhadores para o enfrentamento contra o capital. No entanto, no período reacionário que vivemos em que a organização dos trabalhadores é repelida com a mais drástica violência, o trabalho do partido necessita também ser silencioso e clandestino. O trabalho do partido junto às massas deve ser o de agudizar as contradições vividas pelos trabalhadores no sistema do capital e, com isso, gradativamente traçar táticas para criar a *dualidade de poder*, a revolução dentro da contrarrevolução. O dever do partido revolucionário de vanguarda é aproveitar todo e qualquer levante espontâneo para conduzir e ser conduzido pela massa rumo à revolução comunista, como assevera Lenin numa sentença de 1920 que poderia muito bem ter sido proferida nos dias atuais:

Não sabemos nem podemos saber qual das centelhas que surgem agora em grande número por toda parte em todos os países, sob a influência da crise econômica e política mundial, poderá causar o incêndio, isto é, despertar de modo especial as massas (LENIN, 1989, p.116).

A Questão Ambiental no Pensamento Crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

14 Entendemos que o caráter contrarrevolucionário do período atual advém de uma relação intrincada entre questões objetivas e subjetivas. De um lado, ele é claramente resultado de condições objetivas em que se dá a luta de classes, condições essas que tem levado aos trabalhadores a sofrerem graves derrotas, resultando diretamente em um aumento da exploração capitalista, sobretudo, nos locais de produção onde ocorre a criação e valorização do valor. De outro, o caráter contrarrevolucionário resulta de condições subjetivas, em que a classe trabalhadora tem sido capturada pela perspectiva ideológica burguesa, seja no âmbito da produção em que o trabalhador é tratado com “colaborador” da empresa capitalista e convocado a “vestir a camisa”, seja o âmbito do consumo, em a classe trabalhadora é chamada, na maioria das vezes, mediante crédito, a contribuir na realização da mercadoria, sem que isso implique qualquer questionamento da ordem social e produtiva que estão na origem dessa mercadoria.

É necessário, portanto, sanarmos aquela “nossa fraqueza inventiva” de que nos falava Florestan Fernandes para possibilitar aquilo que Netto (2009) claramente definiu como um “novo padrão político-organizacional”, formulando seus parâmetros que permitam direcionar para um processo revolucionário as generalizadas insatisfações e resistências em face da ordem do capital. Essa tarefa, como avalia Netto, deverá ser resultado de uma elaboração coletiva, e consideramos que se resgatarmos o pensamento lenineano do exílio a que foi submetido nas últimas décadas, ele poderá apontar preciosas pistas para a superação do sistema do capital.

Breve nota conclusiva

Neste ensaio buscamos defender a atualidade da teoria da organização lenineana diante de um período histórico que apresentou, ao menos nos últimos quarenta anos, uma forte vaga contrarrevolucionária, tendo o capital avançado sistematicamente contra os trabalhadores em busca da valorização do valor. Característico desse período foram os processos de reestruturação produtiva e ofensiva do pensamento e das políticas neoliberais que concomitante a queda do Muro de Berlim e o fim do “socialismo realmente existente” no leste do continente europeu, impeliram as forças da classe trabalhadora a atuarem apenas na defensiva. No entanto, as crises do modo de produção capitalista não se extinguíram como previam os apologistas do mercado, ao contrário, tornaram-se mais frequentes e mais graves.

Nesse sentido, a organização da classe trabalhadora carece de um instrumento que possibilite a coesão e a unificação das forças sociais com o objetivo de empreender uma verdadeira ofensiva comunista contra o capital. Esse instrumento é o partido político revolucionário. Netto (2009) defendeu esta tese ao postular que o déficit daqueles que lutam pela revolução social não deve ser procurado na teoria – no campo teórico, o pensamento marxiano e aquele desenvolvido pela tradição marxista permanecem atuais como ferramentas decisivas para o enfrentamento ao capital. O déficit das forças revolucionárias é, portanto, de acordo com Netto, *organizacional*.

O esforço que empreendemos neste breve ensaio, procura reafirmar a necessidade de um partido revolucionário tendo em vista a teoria lenineana – assim como Lenin se referiu à teoria de Marx e Engels – não como um dogma, mas como *um guia para ação*. Dessa forma, evita-se a ideia de

um retorno ou resgate da teoria lenineana da organização de forma mecânica ou idealizada. O que pretendemos foi, portanto, avertar a possibilidade de um estudo rigoroso do pensamento de Lenin tendo em vista que, diante das crises do sistema do capital e da agudização dos conflitos entre classes, a atualidade do pensamento lenineano se materializa enquanto proposta que pode possibilitar ao proletariado ferramentas para que esta classe leve a cabo uma transição radical rumo à construção de uma sociedade comunista.

Referências Bibliográficas

ANDEROSN, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. P. 9-23.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BENOIT, Hector. *Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista*. In: Revista Outubro, nº2, 1998, p.47-61.

BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997.

BRAZ, Marcelo. Apresentação. In: LÊNIN, V. I. *Que Fazer? Problemas Candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BENSAID, Daniel. *Lenin, ou a Política do Tempo Partido*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/bensaid/ano/mes/lenin.htm>. Acesso em 10/09/2011.

COGGIOLA, Oswaldo. *Conjuntura e movimento docente*. Texto 1, diretoria do ANDES-SN. Documento digitado, 2011.

FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LÊNIN, V. I. *Que Fazer? As Questões Palpitantes do Nosso Movimento*. São Paulo: Hucitec, 1988.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1984.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da econômica política* – livro I, 2 volumes. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da*

mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: breve século XX – 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, Vladimir I. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.

LENIN, Vladimir I. *¿Por Donde Empezar?* In: *Obras Escogidas – Tomo I*. Moscou: Editora Progresso, 1973, p.195-198.

LENIN, Vladimir I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Global Editora, 1989.

LENIN, Vladimir I. *Um passo em frente, dois passos atrás*. In: *Obras Escolhidas – Tomo 1*. São Paulo: Editora Alga-Omega, 1982.

MANDEL, Ernest. *A teoria leninista da organização*. Porto: Afrontamento, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales Para La Critica de La Economia Politica (Borrador) 1857-1858*, Volume 1. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1971.

NETTO, José Paulo. A ofensiva neoliberal e seu significado. In: NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. *O déficit da esquerda é organizacional*. In: *Socialismo e Liberdade*. Ano I, nº 02, agosto de 2009.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SAMPAIO JR. Plínio da Arruda. Apresentação. In: SAMPAIO JR. Plínio da Arruda (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e a dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Sundermann, 2009, pp. 7-27.

* Roberto Anderson Dornelles é Operário Metalúrgico, graduado em Comunicação Social pela Universidade de Caxias do Sul, Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS), Mestre em Educação (UFRGS) e doutorando em Serviço Social (UFRJ).
<radornell@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels